

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO VII SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UFPA CAMPUS CASTANHAL

Inclusão, desenvolvimento socioambiental e produção de conhecimento na Amazônia

05 A 07
NOVEMBRO
2024



UFPA
CASTANHAL



II SINEPEX
VII SIEPEX

Apoio:

PROEX
Pró-Reitoria de Extensão | UFPA

PROEG
Pró-Reitoria de Ensino
e Graduação | UFPA

PROPESP
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação | UFPA

DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL:

Relatos e debates.

GENDER AND SEXUALITY DIVERSITY IN THE EDUCATIONAL PROCESS: *Reports and Debates*

DIVERSIDAD DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL PROCESO EDUCATIVO:

Relatos y debates

Juliana de Castro Silva¹
Emmanuel Gabriel de Araújo Paulino²
Lis Maria Macedo Torres³
Maria Eloisa Gomes da Costa⁴
Tássia Larissa Silva Pereira⁵
Gerlândia de Castro Silva Athjim⁶

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Diversidade. Sexualidade. Preconceito.

INTRODUÇÃO

No início do século XIX o feminismo, no que poderia se chamar de primeiro movimento de mulheres, começou a lutar pelo direito à educação feminina. Antes deste período, nas sociedades ocidentais, eram negados às mulheres muitos direitos, como o de ler e escrever, pois socialmente o essencial e esperado de uma mulher era que soubessem bordar, cozinhar, e servir aos seus maridos. No Brasil a primeira a lutar pelos os direitos das mulheres na educação foi Nísia Floresta que reivindicava o direito das mulheres à educação escolar e ao trabalho. Ela teve suas reivindicações atendidas em 1827, quando a legislação autorizou o surgimento das primeiras

¹ Estudante do Curso de Pedagogia, UFPA, juliana.castro.silva@castanhal.ufpa.br

² Estudante do Curso de Pedagogia, UFPA, emmanuel.paulino@castanhal.ufpa.br

³ Estudante do Curso de Pedagogia, UFPA, lis.torres@castanhal.ufpa.br

⁴ Estudante do Curso de Pedagogia, UFPA, maria.gomes.costa@castanhal.ufpa.br

⁵ Estudante do Curso de Pedagogia, UFPA, thassya.larissa@gmail.com

⁶ Professora Dr^a da UFPA, orientadora gerlandia@ufpa.br

escolas públicas para mulheres. Daí por diante os movimentos femininos conseguiram ampliar o direito à educação, ao voto e a uma igualdade de direitos entre homens e mulheres no país.

Em 1870, os psiquiatras começaram a constituir o homoerotismo, chamado à época de homossexualidade, como objeto de análise médica e nessa época começaram a surgir manifestações da comunidade LGBTQIA+⁴ com intuito de mostrar a verdade a partir do seu ponto de vista, negando o aspecto patológico. E graças a essas manifestações desde 1990, o homoerotismo não é, mas visto como patologia pela Organização Mundial da saúde.

Construir a igualdade de gênero na escola é evitar que processos de discriminação ocorram. A diversidade de gênero é um assunto atual, que tem bastante força nas redes sociais, mas nas escolas, ainda se tem muita dificuldade para abordar o assunto. Durante o período da pandemia de COVID-19, emergiram novas e profundas reflexões sobre as dinâmicas sociais e educacionais, especialmente em relação à diversidade de gênero e sexualidade. O presente trabalho resulta de uma pesquisa realizada nesse contexto, com o objetivo de evidenciar o preconceito de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sexualidade é uma condição humana natural, mas que também se constrói socialmente e tem, portanto, caráter histórico. As diferenças de sexo são as distinções biológicas dos corpos de mulheres e homens, o sexo é revelado no nascimento e remete a distinção entre macho e fêmea.

O conceito de gênero está ligado à uma construção social aprendida durante a vida, e gerada pela socialização. A construção social do gênero é determinada de acordo com a cultura em que as pessoas estão inseridas, e remete a distinção pelas diferentes experiências entre os papéis sociais. Falar em gênero implica em adotar um olhar cultural e crítico, pois os papéis de masculinidade e feminilidade estão relacionados a identificação de uma pessoa com o gênero masculino ou feminino, independente do sexo biológico.

Conforme nos apresenta Louro (2000, p. 45):

O preconceito, muitas vezes, se revela em sutis normas e práticas que regulam e normatizam comportamentos e corpos, especialmente quando se trata de questões de gênero e sexualidade, onde há um controle social invisível, mas presente.

Essas normas são frequentemente invisíveis, mas exercem um controle profundo sobre as identidades, especialmente no contexto educacional. O sistema educacional, ao reforçar expectativas de gênero e normas heteronormativas, acaba perpetuando formas de controle social que moldam as experiências de alunos e alunas. Esse processo torna-se ainda mais complexo quando se considera que muitas dessas práticas estão tão naturalizadas que passam despercebidas, legitimando discursos que sustentam a discriminação e o preconceito.

⁴ A Sigla LGBT é utilizada desde meados da década de 1990 para denominar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Ao longo do tempo vem incluindo as demais designações e o uso do sinal de “mais” para contemplar as atualizações e expressões incorporadas pelo movimento LGBTQIA+.

Assuntos de sexualidade estão sendo cada vez mais pedidos em sala. Assuntos abordados incluem, como reportar um assédio, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência entre outros temas importantes para melhorar a qualidade de vida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido ao longo do período pandêmico, o que exige adaptações metodológicas específicas. Optou-se por uma abordagem qualitativa, adequada à exploração de percepções e experiências individuais. A recolha de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com ex-alunos de escolas públicas e particulares, abrangendo diferentes níveis de ensino, desde o ensino médio até ao ensino superior. As entrevistas foram conduzidas de forma remota, utilizando plataformas digitais, devido às restrições impostas. Além das entrevistas, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, com o objetivo de contextualizar o tema dentro da literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados revelam diversas situações de preconceito, discriminação e assédio vivenciadas pelos participantes, demonstrando os desafios enfrentados por estudantes em diferentes contextos educacionais. A seguir, são apresentados alguns relatos que ilustram essas experiências.

O Relato 1 evidencia o preconceito sofrido por estudantes LGBTQI+ em um ambiente educacional que deveria ser inclusivo. A participante compartilha o impacto negativo das atitudes preconceituosas de seus colegas após assumir sua orientação sexual. Como consequência, houve a necessidade de trocar de turno para evitar o estigma:

"Sou lésbica, ainda não me assumi para os meus pais, mas acredito que, no fundo, eles já sabem. No dia em que me assumi para os meus 'amigos', eles mudaram de atitude comigo, começaram a fazer piadas de mau gosto. Pensei em desistir dos estudos por causa desse preconceito, mas decidi trocar de turno."

Esse relato revela não apenas a discriminação vivida, mas também a força pessoal necessária para superar tais adversidades, refletindo um cenário onde o preconceito ainda se manifesta de maneira intensa no ambiente escolar (SILVA, 2020).

O Relato 2 aborda as dificuldades enfrentadas por uma estudante que, durante a gravidez e após o nascimento de sua filha, lidou com preconceito tanto de seu parceiro quanto de pessoas do ambiente escolar. Mesmo diante de olhares preconceituosos, a determinação de garantir um futuro melhor para sua filha foi o que a manteve nos estudos:

"Logo após ter minha filha, voltei para a escola, mesmo sem o apoio dele. Tive que levar minha filha pequena para a escola e amamentava ela em sala, o que gerava muitos olhares preconceituosos. Quase abandonei os estudos de novo, mas queria um futuro melhor para ela."

Aqui, observa-se a intersecção entre maternidade e educação, apontando a necessidade de políticas de apoio às mães estudantes, que

frequentemente enfrentam barreiras para continuar sua formação acadêmica (SANTOS; ALMEIDA, 2021).

Nos Relatos 3, 4 e 5, a questão do assédio, tanto presencial quanto virtual, surge como um tema recorrente, atingindo estudantes de diferentes perfis. O Relato 4, por exemplo, destaca a normalização do comportamento inadequado de um professor durante eventos sociais escolares:

"Havia um professor, ele era bem mais velho e, durante minha formação, ele bebia em todas as festas e dava em cima das alunas menores de idade. Todo mundo agia como se nada estivesse acontecendo."

Já o Relato 5 traz à tona a questão do assédio no ambiente de ensino remoto, indicando que a mudança para o espaço virtual não eliminou esse problema:

"É estranho que, no ensino remoto, eu achava que não teria como acontecer, mas comecei a receber mensagens no privado de um dos professores. As mensagens não tinham nada a ver com o conteúdo da aula, e ele fazia perguntas pessoais. Nunca denunciei."

Esse relato reflete a necessidade urgente de estabelecer mecanismos de prevenção e denúncia, tanto no ambiente presencial quanto no remoto, conforme sugerem os estudos de Souza e Pereira (2022).

CONCLUSÕES (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

A escola precisa de um ambiente e de profissionais que possibilitem a prática de valores, igualdade e respeito entre pessoas de orientação sexual e gêneros diferentes, para permitir que seus alunos cresçam respeitando e convivendo com todas as possibilidades relacionadas ao papel do homem e da mulher, pois o preconceito não é uma característica que nasce com o indivíduo, muito pelo contrário é algo que se aprende e se reproduz vivendo em uma sociedade preconceituosa.

Construir a igualdade de gênero na escola é evitar que processos de discriminação ocorram. Falar de gênero é exercitar a cidadania para o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, somos todos iguais e devemos respeitar isso, não porque está escrito na constituição, mas porque é um dever humano, e o que nos torna diferente de nós mesmos é o nosso preconceito.

REFERÊNCIAS

- BERNADO, Nairim, **AUN USP**, Ano: 48 - Edição Nº: 117 - Educação - Faculdade de Educação, 26 nov. 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Corpos, territórios e fronteiras: a política de identidade na educação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, M. F. **A discriminação sexual no ambiente escolar: desafios enfrentados por jovens LGBTQI+**. Revista de Educação e Diversidade, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2020.
- SANTOS, M. A.; ALMEIDA, C. S. **O impacto da maternidade precoce na continuidade escolar**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 88-102, 2021.

— SOUZA, L. M.; PEREIRA, J. A. **O assédio no ensino remoto: novas configurações, velhos problemas.** Revista Educação em Debate, v. 33, n. 4, p. 22-38, 2022.